

ESPAÇO DO POVO



Maio 2023 | Edição 94 | Ano 16 | Distribuição Gratuita

Moradia Digna: a luta de quem vive em ocupações

A falta de moradia na cidade de São Paulo é um problema antigo, que atinge milhares de famílias pelo país

Página 10 e 11

COMUNICAÇÃO



A inovação do jornalismo independente e periférico

A comunicação nas quebradas tem como princípio a representação da diversidade e pluralidade do Brasil

Página 12

DIREITOS HUMANOS

Dia da abolição da escravatura: será que temos o que comemorar?

Página 13

COMUNIDADE

Caminhada pela paz nas escolas reúne lideranças e comunidade em Paraisópolis

Página 8

O impacto das fake news nas camadas mais vulneráveis da sociedade

Por Joildo Santos

As fake news têm um impacto desastroso nas camadas mais vulneráveis da sociedade, como pode ser visto nos casos de linchamento ocorridos no Guarujá no texto da reportagem da Folha "Homem é espancado e morre após falsa acusação de roubo em Guarujá (SP)", os fatos ocorreram com a separação de 8 anos entre os mesmos.

Embora as notícias falsas possam ser produzidas e disseminadas de várias formas, o uso da internet e das redes sociais tem tornado a propagação dessas informações ainda mais rápida e ampla. No caso do homem que foi espancado e morreu após uma falsa acusação de roubo de moto em Guarujá,

um grito de "pega ladrão" foi o suficiente para que a população local se mobilizasse e agredisse brutalmente a vítima, sem nem sequer averiguar a veracidade da acusação.

O vídeo das agressões circulou nas redes sociais e reforçou a narrativa falsa, além de incentivar a violência contra a vítima. Esse tipo de disseminação de fake news é especialmente perigoso, uma vez que as informações falsas são compartilhadas em grande escala e podem alcançar pessoas que nem mesmo têm acesso às redes sociais.

Como exemplo, pode-se citar o caso da dona de casa Fabiane Maria de Jesus, linchada por moradores da mesma cidade após

ser acusada de sequestro de crianças para rituais de magia negra a partir de um retrato falado publicado em uma página do Facebook. Embora as informações fossem falsas, a vítima não teve chance de se defender e acabou sendo agredida até a morte.

Diante desses casos, é fundamental que as autoridades atuem com rapidez e eficiência na investigação e punição dos responsáveis pelas fake news e pela violência. Também é importante que as pessoas verifiquem a veracidade das informações antes de compartilhá-las e que a sociedade como um todo se mobilize para combater esse tipo de atitude.

Além disso, o incentivo a educação midiática é uma ferramenta essencial para combater a disseminação das fake news e seus impactos negativos na sociedade. É preciso que as pessoas aprendam a identificar fontes confiáveis de informação e a verificar a veracidade das notícias antes de compartilhá-las.

Contribuindo também pode ajudar a desenvolver um senso crítico em relação às informações recebidas, permitindo que as pessoas avaliem com mais cuidado as mensagens que chegam até elas e percebam quando estão sendo manipuladas por inte-

resses políticos, econômicos ou ideológicos.

Em suma, a educação midiática é uma ferramenta importante para fortalecer a democracia e garantir que as pessoas tenham acesso a informações confiáveis e de qualidade. É preciso que as instituições de ensino, governos e organizações da sociedade civil invistam nessa área para garantir que as pessoas estejam preparadas para lidar com o fluxo constante de informações que recebem diariamente.



Joildo Santos

Fundador do jornal Espaço do Povo e CEO do Grupo Cria Brasil.

EXPEDIENTE

Espaço do Povo é uma publicação do Grupo Cria Brasil.

CEO Grupo Cria Brasil Jornalista Responsável

Joildo Santos
joildosantos@paraisopolis.org
MTB 67099 SP

Diretora Executiva Cria Brasil

Francisca Rodrigues
franrodrigues@grupocria.com.br

Editora-chefe

Gisele Alexandre
gisele.alexandre@agenciacriabrasil.com.br
MTB 60305 SP

Repórter Cinematográfico

Léu Britto
leu.britto@agenciacriabrasil.com.br

Editoração

Caroline Martins
caroline.martins@agenciacriabrasil.com.br

Redação

Aline Almeida
aline.almeida@agenciacriabrasil.com.br

Leonardo Almeida

leonardo.almeida@agenciacriabrasil.com.br

Fotografia

Luis Maíke
Anderson Jorge
Léu Britto

Publicidade

(11) 977234537
(11) 952117476

Acompanhe nossas redes sociais: Cria Brasil

Instagram: @criabrasilcomunicacao
Facebook: Agência Cria Brasil

Espaço do Povo

Instagram: @espacodopovo
Facebook: Jornal Espaço do Povo
Site: www.espacodopovo.com.br

As múltiplas jornadas de uma mãe

Por Fran Rodrigues

A maternidade é uma experiência complexa e cheia de desafios, mas também repleta de alegrias e realizações. O desejo de se tornar mãe é uma decisão pessoal e individual, que varia de mulher para mulher. Eu mesma, só me senti preparada depois de 20 anos de relacionamento com meu companheiro. E, mesmo assim, quando descobri minha gravidez, aos 36 anos, ainda senti um certo receio, medo de não dar conta.

No Brasil, muitas mulheres aspiram ser mães, embora não haja dados específicos atualizados sobre isso. No entanto, é possível observar que a maternidade é um objetivo importante para uma parcela significativa da população feminina.

Uma das situações que podem surgir na maternidade é a de tornar-se mãe solo, ou seja, criar um filho sem

a presença de um parceiro ou com pouca participação do pai da criança. Essas mães enfrentam desafios adicionais, pois precisam lidar com todas as responsabilidades da criação por conta própria. Elas assumem a tarefa de prover suporte emocional, financeiro e educacional sem a presença de um parceiro. Essa sobrecarga pode ser bastante desafiadora e exigente, e muitas vezes essas mães se sentem sobrecarregadas.

Uma rede de apoio sólida é fundamental para ajudar as mães a enfrentar os desafios da maternidade, independentemente de estarem ou não em uma situação de maternidade solo. Ter pessoas ao redor que possam oferecer suporte emocional, auxílio prático e compartilhar as responsabilidades pode fazer uma grande diferença. A rede de



Crédito: Léo Britto

apoio inclui familiares, amigos, vizinhos, profissionais de saúde e educação, entre outros. São pessoas que ajudam a aliviar o peso da maternidade, oferecendo um espaço para a mãe descansar, dando suporte, além de compartilhar as alegrias e desafios da criação dos filhos.

É importante ressaltar que nem todas as mulheres têm acesso a uma rede de apoio adequada, o que torna a maternidade mais desafiadora. As mulheres que não têm

suporte podem enfrentar dificuldades adicionais para equilibrar suas responsabilidades de mãe com outras demandas da vida, como trabalho, estudos e cuidados pessoais. Nesses casos, a sobrecarga da maternidade pode ser mais intensa e afetar negativamente o bem-estar físico e emocional.

Portanto, é crucial que a sociedade como um todo esteja atenta à importância de oferecer apoio às mães, isso inclui a implementação de políticas pú-

blicas que garantam licença maternidade adequada, acesso a creches e serviços de saúde infantil, além de estabelecer redes de apoio comunitárias. Essas medidas contribuem para reduzir o peso da maternidade, permitindo que elas desfrutem desse momento de maneira mais equilibrada e saudável.

Fran Rodrigues

É jornalista, coordenadora de comunicação do G10 Favelas, produtora cultural e voluntária na Associação das Mulheres de Paraisópolis. É diretora-executiva da Cria Brasil, agência de comunicação de favelas. É fundadora da Potência Periférica, uma iniciativa que valoriza artistas e projetos culturais da periferia.



“Pelé” se torna palavra no dicionário de língua portuguesa

O termo “pelé” entrou para o dicionário como sinônimo de algo inalcançável, único, excepcional ou raro. Trata-se de um adjetivo para pessoas que se destacam em suas áreas de atuação ou alguém extremamente bom no que faz. A homenagem póstuma ao Rei do Futebol é fruto de uma campanha entre a Pelé Foundation e o Santos Futebol Clube, a parceria obteve 125

mil assinaturas.

Definição no dicionário

pe.lé® adj m+f sm+f Que ou aquele que é fora do comum, que ou quem em virtude de sua qualidade, valor ou superioridade não pode ser igualado a nada ou a ninguém, assim como Pelé®, apelido de Edson Arantes do Nascimento (1940-2022), considerado o maior atleta de todos os tempos; excepcional, incom-

parável, único. Ele é o pelé do basquete. Ela é a pelé do tênis. Ela é a pelé da dramaturgia brasileira.

A atualização do verbete “pelé” já está disponível na versão online do dicionário Michaelis. Posteriormente, será publicada a versão atualizada do dicionário impresso. O Rei do Futebol morreu em 29/12/22, em São Paulo, aos 82 anos.



Crédito: Foto: Getty Images

Ministério da Saúde contrata novas equipes para atendimento ao SUS



Crédito: Foto: Davidyson Damasceno/IGESDF

O Ministério da Saúde anunciou que irá credenciar mais de 56 mil novas equipes para ampliar o atendimento nas unidades básicas, classificadas como a porta de entrada do SUS (Sistema Único de Saúde).

O investimento é de R\$ 1,6 bilhão e o objetivo é zerar a fila de pedidos que estavam repressados, ou seja, que não foram atendidos pela gestão passada. Com essa iniciativa, 3,8 mil municípios poderão ter os serviços e atendimentos ampliados, aumentando a abrangên-

cia do cuidado para mais de 33,8 milhões de brasileiros.

“Nossa gestão se deparou com demandas de municípios que não estavam contando com o apoio do Ministério da Saúde, que é fundamental para a gestão do SUS. Sem a Atenção Primária, não avançaremos na política que precisamos para as populações mais vulneráveis”, afirmou a ministra da Saúde, Nísia Trindade, sobre os novos credenciamentos.

Fonte: Ministério da Saúde

Projeto de lei que prevê atendimento 24h em delegacias da mulher é sancionada



Crédito: foto: José Fernando Ogura/AEN

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), sancionou dois projetos de leis em combate à violência contra a mulher. O primeiro projeto prevê o funcionamento de delegacias da mulher (DEAM) 24 horas por dia, incluindo domingos e feriados, em todo o país. Já o outro projeto é a criação do programa de combate ao assédio sexual em órgãos públicos e em instituições privadas que prestem serviços ao poder público. Ambos foram publica-

dos no Diário Oficial da União, na terça-feira, 4 de abril.

Em cidades que não há delegacia especializada para mulheres, o atendimento será realizado em uma delegacia comum e de preferência as vítimas deverão atendidas em salas privadas e por profissionais especializadas e do sexo feminino, por isso, a lei também prevê que as policiais passem por treinamento para acolhimento das vítimas.

Também será necessário a disponibilização

de um número de telefone ou uma forma de contato eletrônico para acionamento imediato da polícia em casos de violência contra a mulher. O programa prevê a capacitação de profissionais, produção de campanhas educativas e criação de ações e estratégias para a prevenção e o enfrentamento ao assédio sexual no âmbito de órgãos públicos e entidades privadas que prestem serviços ao governo.

São Paulo aprova projeto contra abuso sexual em bares

Crédito: Helena Lopes- Pexels

A Câmara de São Paulo aprovou em 12 de abril, o projeto de lei contra violência sexual em casas noturnas e bares da cidade. O protocolo aprovado por unanimidade pelos vereadores, foi inspirado no modelo usado em Barcelona, no caso Daniel Alves. A PL ainda passará pela avaliação do prefeito Ricardo Nunes.

O protocolo "Não se Cale", é um conjunto de orientações para que os estabelecimentos atuem no combate ao abuso sexual. Os

bares serão responsáveis pelo acolhimento à vítima, fornecimento de informações e imagens, além do contato imediato com a polícia.

Os estabelecimentos que aderirem a nova orientação, deverão treinar os funcionários para identificar situações de agressão sexual e agir de maneira correta com a vítima, ações como:

- Conduzir a vítima para um local reservado e seguro dentro do estabelecimento
- Saber identificar, a

partir da agressão sofrida e pela vontade da vítima, a necessidade de chamar uma ambulância ou a polícia.

- Fornecer informações sobre o possível agressor às autoridades policiais.

Os locais também receberam um selo de participação do projeto, que poderá ser utilizado como propaganda, porém a adesão dos estabelecimentos ao novo projeto ainda é voluntária.



A realidade da lésbica desfem no mercado de trabalho

Por Anne Santos

Ser uma mulher lésbica desfeminizada no mercado de trabalho não é nada fácil. Nossas habilidades são questionadas constantemente, reduzidas a nossa aparência e comportamento que foge do padrão feminino.

Pouco se fala da dificuldade da lésbica desfem em conseguir emprego e essa pauta não é discutida pelos movimentos sociais como o LGBTQIAP+, profissionais de recursos humanos ou por influencers do LinkedIn. Isso é fruto da lesbofobia que insiste em apagar nossa existência.

Travei por meses uma longa batalha para voltar ao mercado de trabalho desde que passei a ter uma leitura social sapatão. Fui rejeitada em cargos de liderança por diversas empresas e depois de alguns meses tive que fazer freelas como garçonne e hostess em cafés mesmo sendo publicitária de formação com aproximadamente 5 anos de atuação em redes sociais. A leitura da lésbica desfem carrega estere-

ótipos que nos colocam como mulheres imaturas e de comportamento rude pela ausência de feminilidade que geralmente significa passividade e delicadeza. Tal característica só é exigida socialmente do sexo feminino, pois é evidente que homens não sofrem com a mesma imposição.

Questionei diversas vezes o que havia de errado com minhas habilidades. Nunca tive problemas com entrevistas de emprego, não fico nervosa e sei conduzir bem uma conversa. Descobri que ter consciência política dói e que a realidade da lésbica desfem era muito pior do que eu imaginava.

Muitas empresas não oferecem um espaço acolhedor para trabalhadoras lésbicas como eu, e fora do ambiente de trabalho as violências homofóbicas são diárias. Os olhares nos transportes e banheiros públicos tornam nossa rotina ainda mais difícil. É preciso desenvolver políticas públicas para a inclusão e acolhimento desse grupo no merca-



Crédito: site butchisnotadirtyword.com

do de trabalho, mas o apagamento da comunidade lésbica continua o mesmo. Somos sub-representadas na política brasileira, o que dificulta o levantamento de pautas sobre a nossa existência. Hoje temos apenas 10 mulheres lésbicas ocupando cargos políticos em todo Brasil. Fátima Bezerra, governadora do RN, foi a primeira e única mulher lésbica a governar um estado brasileiro e esse feito só aconteceu em 2019. Ela foi reeleita em 2022.

Ao observar a lista de parlamentares lésbicas, é notório que nenhuma

delas é desfeminizada, ou seja, possui uma leitura social lésbica. Muitas desfems optam por abrir mão da sua própria identidade, colocando vestido, maquiagem e até mesmo ao mudar a forma de se comportar para conseguir passar em uma entrevista de emprego.

Se não existem mulheres como nós atuando diretamente na política, como iremos abordar e saber as dores que nos assombram há tantos anos? Se não existem mulheres desfem nos cargos de liderança ou até mesmo no quadro geral de cola-

boradores, como iremos propor melhorias e inclusão desse grupo no mercado de trabalho?

O silenciamento lésbico é também um dos principais pontos que fazem a taxa de lesbocídio ser tão alta, afinal, o empobrecimento da comunidade contribui grandemente para o extermínio das nossas iguais.

Até quando o mundo continuará fingindo que nós não existimos?



Anne Santos

Artista, lesbofeminista e ativista pelos direitos de lésbicas desfeminizadas natural da cidade de Januária em Minas Gerais. Fundadora do "Desfeminilizei", projeto social que busca trazer ao público visibilidade e letramento sobre lésbicas desfem.

Mensagens sobre ataques em escolas: o que fazer?

Por Gisele Alexandre



Crédito: Crédito Marcelo Carvalho/Agência Brasil

Se você é mãe, pai ou responsável por uma criança em idade escolar, provavelmente está com a mesma preocupação que eu estou neste momento: devo ou não devo levar meu filho à escola?

Nos últimos dias, temos sido bombardeados com informações que nos fazem perder o sono. São avisos de ataques em escolas, com direito a dia e horário. Essa onda de mensagens que geram pânico e preocupação na maior parte sociedade, começaram a surgir após dois ataques acontecerem no país. O primeiro em 27 de março, quando um adolescente de 13 anos matou uma pro-

fessora e feriu a facadas colegas e funcionários de uma escola em São Paulo. E o outro em 5 de abril, quando um homem de 25 anos entrou em uma creche em Blumenau, Santa Catarina, matou quatro crianças e deixou outras cinco feridas.

Essas duas notícias, chocaram e ainda chocam muitas pessoas. Porém, para um grupo da sociedade, esse tipo de situação gera o que os especialistas chamam de "efeito contágio", termo baseado em pesquisas,

que apontam estímulo a casos semelhantes quando a mídia repercute um massacre.

Tanto é que os veículos de imprensa responsáveis, têm deixado de dar detalhes e divulgar imagens das pessoas que praticaram os crimes, fator de extrema importância em um tempo em que o discurso de ódio ainda é praticado por muitos grupos extremistas.

Mas, voltando a falar sobre as mensagens que circulam pelas redes sociais, falando sobre ataques nas

escolas, é importante que você saiba que a maioria dessas informações são falsas e foram fabricadas com a única intenção de deixar a população ainda mais assustada.

É importante saber que as polícias de diversos Estados e o Ministério da Justiça vem monitorando e trabalhando para combater ameaças reais. No mês passado, em São Paulo, a Polícia Civil conseguiu chegar em dezenas de possíveis atos violentos em diferentes municípios, onde fez apreensão de facas, máscaras e celulares.

Infelizmente, algumas pessoas mal intencionadas podem ser incentivadas por essas mensagens a praticarem crimes. Mas, de modo geral, elas só servem para causar pânico.

Se você receber alguma mensagem com conteúdos desse tipo, a orientação é que não repasse, pois compartilhando uma informação falsa ou que gera pânico sem fundamento, você também está contribuindo com a desinformação.

Para lidar com esse tipo de mensagem, o Governo Federal lançou um canal de denúncia online chamado "Escola Segura", o endereço para acessar a plataforma é mj.gov.br/escolasegura. Lá as pessoas podem registrar denúncias, de maneira anônima e os dados enviados são analisados por uma equipe de 50 policiais, que terão plantão 24 horas, trabalhando no monitoramento das ameaças contra escolas na internet.

Esse assunto é delicado e muito complexo. Mas, o mais importante de tudo, é que você fique atento aos sinais dados pelas crianças. Acompanhe a vida escolar do seu filho, monitore as redes sociais e jogos de videogame e se perceber alguma atitude suspeita, converse com ele.

O diálogo é a solução para muitos problemas, assim como acolher e não julgar ou reforçar um medo que a criança demonstra ter. Cuide-se!

Gisele Alexandre

Especialista em jornalismo de território, é pós-graduada em Políticas Públicas e Projetos Sociais, editora-chefe do jornal Espaço do Povo e fundadora do podcast Manda Notícias.



Caminhada pela paz nas escolas reúne lideranças e comunidade em Paraisópolis

A manifestação teve a presença do prefeito da capital, Ricardo Nunes, moradores, alunos e professores das escolas da região

Por Leonardo Almeida



Crédito: Dalila Nascimento / Agência Cria Brasil

No dia 20 de abril, aconteceu em Paraisópolis, segunda maior favela de São Paulo, a Caminhada pela Paz nas Escolas, manifestação que iniciou na escola EMEF Perimetral, seguiu pela Avenida Hebe Camargo até o Parque Municipal de Paraisópolis. O evento contou com a participação do prefeito Ricardo Nunes, vereadores e secretários de cidade de São Paulo, além de moradores da comunidade, professores e alunos de escolas da região.

Ricardo Nunes falou sobre a importância da

mobilização: "A gente está conseguindo atingir nosso objetivo de mostrar que as escolas são ambientes seguros", disse.

Notícias falsas que circulam nas redes sociais, têm assustado profissionais da educação, pais e alunos das escolas do Brasil. O secretário da educação, Fernando Padula, falou sobre como lidar com as ameaças compartilhadas: "Não repassem estas mensagens para outras pessoas, pois isso só causa pânico. Encaminhe essas mensagens para o ministério da jus-

tiça, ou para o aplicativo do 190", pediu.

A caminhada uniu a favela de Paraisópolis em torno do pedido por paz nas escolas, em prol de um ambiente escolar saudável e seguro para educadores e alunos do Brasil.

A professora de educação infantil, Jeanne Chorro, falou sobre como trabalhar o ambiente escolar neste momento: "Temos que seguir em frente e montar estratégias para que a paz seja implantada não só na escola, mas em todo o território", desabafou.

O presidente do G10 Favelas, Gilson Rodrigues, contou do sentimento deixado pela caminhada: "Uma comunidade quando está organizada e unida, pode fazer uma

transformação incrível. Hoje, Paraisópolis dá o exemplo para sensibilizar a sociedade e pensar em educação e uma escola de paz", refletiu Gilson.

Crédito: Dalila Nascimento / Agência Cria Brasil

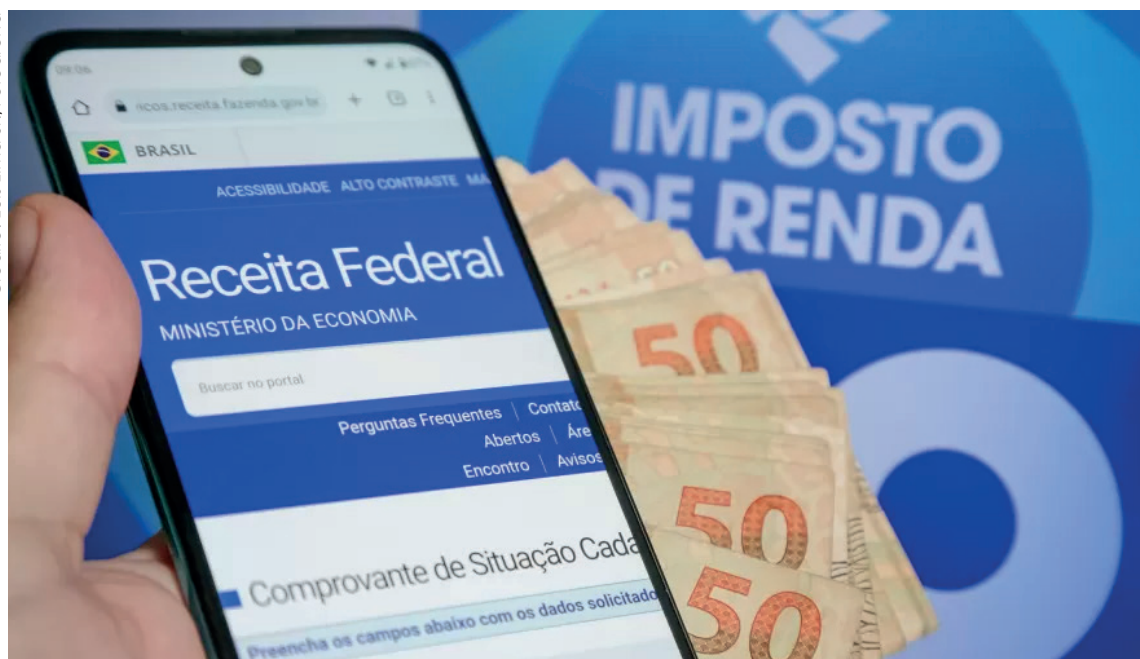


Imposto de renda: Quem deve declarar?

Quem recebe até R\$ 2.380 por mês ou possui bens em seu nome, como imóveis e veículos, precisa declarar Imposto de Renda até o final do mês de maio.

Por Aline Almeida

Crédito: Luis Lima Jr./Fotoarena



O período para o envio da Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física (DIRPF) 2023 à Receita Federal vai até 31 de maio. Uma das novidades deste ano é que o contribuinte poderá utilizar a declaração pré-preenchida já na abertura do período de entrega do documento, disponível tanto pelo Programa Gerador de Declaração (PGD), via computador, quanto pela solução Meu Imposto de Renda, on-line ou em aplicativo para iOS ou Android.

A medida busca diminuir erros e oferecer maior comodidade aos contribuintes, já que o sistema da Receita

traz automaticamente diversas informações que antes precisavam ser preenchidas uma a uma pelo declarante, que é responsável por confirmar, alterar, incluir ou excluir dados.

O que é o Imposto de Renda?

O Imposto de Renda é um tributo federal aplicado anualmente sobre o que cada brasileiro ganha, para acompanhar a evolução patrimonial das pessoas. Isso permite, por exemplo, como práticas criminosas como sonegação fiscal ou lavagem de dinheiro sejam evitadas.

O Imposto de Renda é cobrado tanto sobre os rendimentos obtidos

por meio de salários e pagamentos quanto sobre os investimentos tributáveis. No caso da tributação sobre a renda, ela ocorre de maneira escalonada. Ou seja, quem recebe um valor mais, paga uma alíquota (percentual) maior de IR.

Este pagamento é de cunho social. A ideia é que a parcela da população que ganha mais, contribua mais para o governo, a fim de gerar dinheiro para melhorias na qualidade de vida de toda a população.

Para onde vai o dinheiro arrecadado?

De acordo com o Ministério da Fazenda, parte dos impostos arre-

cadados é destinada à saúde, educação, programas de transferência de renda, segurança e inúmeros serviços públicos prestados ao cidadão brasileiro.

Outra parte é enviada para programas de geração de empregos e inclusão social, como plano de reforma agrária, construção de habitação popular, saneamento e reurbanização de áreas degradadas.

Existe também uma parcela direcionada para investimentos em infraestrutura, segurança pública, cultura, esporte, defesa do meio ambiente e estímulo ao desenvolvimento da ciência e tecnologia. Portanto, pagar o Imposto de Renda gera dinheiro para melhorias no país.

Quem deve declarar?

Deve declarar o Imposto de Renda em 2023 o cidadão residente no Brasil que recebeu:

- rendimentos tributáveis acima de R\$ 28.559,70 no ano, ou cerca de R\$ 2.380 por mês, incluindo salários, aposentadorias, pensões e aluguéis;

- recebeu rendimento isento, não tributável ou tributado exclusivamente na fonte acima de R\$ 40 mil;

- que teve, em qualquer mês, ganho de capital na alienação de bens ou direitos sujeito à incidência do Imposto;

- possui bens ou direitos, inclusive terra nua, de valor total superior a R\$ 300 mil.

Àqueles que efetuaram operações em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas, ficam obrigados apenas quem, no ano-calendário, realizou somatório de vendas, inclusive isentas, superior a R\$ 40 mil; e operações sujeitas à incidência do imposto.

No que diz respeito à atividade rural, também deve declarar o cidadão que obteve receita bruta em valor superior a R\$ 142.798,50; que pretenda compensar, no ano-calendário de 2022 ou posteriores, prejuízos de anos-calendário anteriores ou do próprio ano-calendário de 2022.

Moradia Digna: a luta de quem vive em ocupações

A falta de moradia na cidade de São Paulo é um problema antigo, que atinge milhares de famílias pelo país

Por Aline Almeida

De acordo com dados da Habitat Brasil, feito pelo Despejo Zero, há cerca de 45 mil famílias morando em ocupações na cidade de São Paulo, maior índice do Brasil. Todos os dias, pessoas buscam um lugar para chamar de lar, afinal, a moradia digna é um di-

reito previsto pela Constituição Federal de 1988. Encontramos um exemplo dessa resistência no Grajaú, periferia mais populosa da cidade, que desde 2013 está instalada a ocupação Anchieta, onde mais de mil famílias lutam diariamente para garantir um teto.

“A ocupação começou em 27 de junho de 2013. Ela começou devido às questões do despejo da região. Pessoas que não tem condições de pagar aluguel, que formaram uma família, sabe como que é, quem casa quer casa”, diz Anderson “Pé”, vice-presi-

dente da Associação de Moradores do Anchieta.

A ocupação Anchieta começou pelo fato de outras ocupações, tanto da região quanto do centro da cidade, terem sido despejadas. Pessoas iam chegando e se instalando no local. Começou com 400 famí-

lias em uma área de 116 mil m², e hoje já são mais de 1 mil famílias. O terreno é de propriedade do Instituto Anchieta Grajaú, um Instituição sem fins lucrativos que promove a inclusão de famílias, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Crédito: Léo Britto / Espaço do Povo





Crédito: Luis Maike / Espaço do Povo

Apenas seis anos após o início da ocupação, em 2019, a Associação de Moradores Anchieta, criada por líderes comunitários, conseguiu uma parceria com a ONG Peabiru, que conta com o apoio da Universidade de Michigan, dos Estados Unidos e, juntos, desenvolveram um plano urbanístico na área ocupada, que tem sido executado de forma independente, ou seja, sem o apoio da Prefeitura.

O plano conta com processos de infraestrutura urbana, que contempla área adequado para a chegada de caminhão de lixo, entrada uma ambulância e até mesmo uma rotatória

que os próprios moradores reservaram para o cultivo de árvores. Além disso, o projeto prevê o loteamento das áreas residenciais de forma igualitária, sendo o ideal de 60 m², sendo 20 metros construídos, no caso um cômodo mais o banheiro.

Enquanto a ocupação no Grajaú já colhe frutos da luta popular por moradia, em Paraisópolis, segunda mais favela de São Paulo, a situação é completamente diferente. A ocupação Nova Esperança também surgiu em 2013 e está instalada às margens da Avenida Hebe Camargo, próximo ao bairro do Morumbi. Lá

existem cerca de 400 famílias, que não dispõe de nenhuma infraestrutura e ainda divide espaço com um córrego a céu aberto.

"Várias vezes eles [funcionários públicos] vieram, já vem com polícia para tirar nós, já derrubaram barraco, já levaram móveis de pessoas que não estavam em casa, estavam trabalhando. Levaram para a Prefeitura, quando as donas da casa chegaram, a casa estava no chão", conta a Fernanda Martins, moradora da ocupação.

No último dia 22 de março, acompanhamos a entrega de uma notificação de desocu-

pação, recebida na comunidade. De acordo com o documento, a área ocupada é de preservação ambiental e faz parte do projeto do Parque Itapaiúna. Porém, os moradores questionam que na mesma região há obras em andamento de construtoras particulares, o que, no entendimento das famílias, não é coerente com as explicações do poder público.

Entramos em contato com a Secretaria de Comunicação da Prefeitura de São Paulo para questionar sobre a área total de preservação, também sobre o plano de construção do parque. Em nota, a Secretaria informou que no local será implantado o Parque Linear Itapaiuna com área de 165 mil m², projeto que está previsto no Plano Diretor Estratégico do Município. A Secretaria também esclarece que o processo de Transferência do Direito de Construir (TDC) para a implantação do parque está parada, devido às dívidas que o atual proprietário do terreno possui junto ao município.

De acordo com a vereadora e militante do Movimento Sem Teto, Jussara Basso, para resolver o problema de habitação no Brasil, é

preciso realizar programas que vão de encontro com a realidade de milhares de pessoas que não têm acesso ao seu direito de um teto digno sob suas cabeças. Jussara conta que durante a gestão de João Dória, ex-governador de São Paulo, havia a pretensão de privatizar a CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo), responsável por um patrimônio imenso de áreas destinadas à construção de moradias populares na cidade.

"Mesmo com o novo governo Lula e com a retomada do programa Minha Casa Minha Vida, o atendimento para totalidade dos números de habitações que precisaríamos no Brasil é quase impossível no período de quatro anos, isso levaria provavelmente duas, três décadas para começar a minimizar esse déficit habitacional", reflete a vereadora. "Porque é uma luta contra o capital imobiliário, contra os grandes bancos, grandes empreiteiras, é uma luta contra a especulação imobiliária e a gente precisa de povo na rua e de uma vontade política de quem está sentado no poder", finaliza.

A inovação do jornalismo independente e periférico

A comunicação nas quebradas tem como princípio a representação da diversidade e pluralidade do Brasil

Por Aline Almeida



Crédito: Divulgação Tv quilombo

Jornalismo periférico ou jornalismo de quebrada é aquele feito a partir e para os territórios que estão nas bordas da cidade, que constroem narrativas sobre questões que afetam os moradores dessas regiões e suas comunidades, sem reforçar os estereótipos comumente usados pela mídia tradicional.

Percebe-se que, de alguns anos para cá, as iniciativas de comunicação criadas nas periferias têm aumentado. Hoje, podemos encontrar portais de notícias hiperlocais em todos os cantos do Brasil, inclusive, produzindo conteúdos

de diferentes temas e formatos, como, por exemplo, podcasts, revista digital, sites e entre outros.

O aumento da mídia periférica se deu, justamente, pela falta de representatividade e diversidade, que tanto as pessoas periféricas quanto os profissionais de comunicação sentiam falta. Além disso, muitos profissionais que são periféricos também trabalham em jornais tradicionais e percebem que falta propriedade nessas narrativas, afinal, eles possuem características de pautas que abordam seus territórios, diferentemente

de alguém que só pisa nesses lugares em momentos específicos.

Como é o caso do jornalista Maycom Motta (33), que trabalhou muitos anos em uma emissora de TV tradicional, mas mesmo estando nesse meio, nunca se desconnectou do pertencer periférico: "O jornalismo que eu acredito, é um jornalismo periférico, porque eu venho da periferia, então eu tenho esse olhar. Todas as matérias que eu fiz, desde a Globo até hoje como freelancer, eu não me desconecto de quem eu sou, até porque eu acho que é um ponto muito importante para saber lidar com essas pessoas e como conduzir uma boa reportagem."

Separamos uma lista de iniciativas de jornalismo periférico independente pelo Brasil:

Podcast - Manda Notícias - Veículo de mídia independente do Capão Redondo que leva informação de qualidade e promove a cultura periférica da zona sul de São Paulo.

Site - Tapajós de Fato (TdF) - Veículo de Comunicação Popular, Alternativo e Independente com atuação na região Oeste do Estado do Pará.

Newsletter - Entre Becos - Uma newsletter quinzenal com reportagens produzidas por jornalistas das e para as periferias de Salvador.

TV - TV Quilombo - Tem como objetivo dar visibilidade à cultura quilombola, através de conteúdo audiovisual. Para contar essa rica história, são utilizados materiais ancestrais e improvisados, como a câmera de papelão e o bambu drone.

Crédito: Divulgação Tv quilombo



Evento em São Paulo discute comunicação nas favelas

Comunicadores trocam vivências e experiências produzidas dentro periferias brasileiras

Por Leonardo Almeida

Em abril, aconteceu no Centro de Pesquisa e Formação Sesc São Paulo, o Colóquio de Comunicação e Tecnologias Sociais nas Periferias. O evento reuniu interlocutores das periferias brasileiras para compartilhar experiências vividas dentro da comunicação e dialogar sobre a relação com o público da periferia.

O podcaster Marcos Vellasco, integrante do podcast Quebrada Cast, contou suas impressões sobre o encontro: “Foi um lugar que trouxe uma possibilidade imensa de estar junto, as quebradas de mais longe estavam perto naquele momento. Foi muito positivo olhar para tudo aquilo e ver que a nossa potência é gigantesca”, revela Marcos.

Uma das mesas de conversa do evento teve como tema “Das ondas de rádio à podosfera: construindo notícias no coletivo”, que foi mediada por Vellasco. Participaram do bate-papo Reginaldo José, da Rádio Comunitária de Heliópolis e Gisele Alexandre, do podcast Manda Notí-



Crédito: Leonardo Almeida / Espaço do Povo

cias. A conversa abordou os desafios da comunicação periférica, passando pela rádio comunitária até os recentes podcasts, e quais os reflexos deste tipo de comunicação dentro das periferias.

O encontro organizado pelo cineasta Daniel Fagundes, fun-

dador da produtora Caramuja, abordou questões relevantes para a comunicação social, como os desafios de fazer comunicação nas favelas, formas de conversar com os territórios, e os processos de comunicação que são adotados nessas ambientes.

Um dos temas abordados foi o audiovisual popular, o diálogo teve a presença de Harrison Lopes, que contou sua experiência no coletivo Tela Firme, de Belém do Pará, e Janaina Reis, da companhia Bueiro Aberto, de Guarulhos, São Paulo.

“Tem uma importância muito grande, histórica e política. Porque é uma forma de marcar um território, marcar uma posição, de dizer que a gente existe, o que a gente faz tem valor, qualidade e precisa ser respeitado”, relata Janaina.

Dia da abolição da escravatura: será que temos o que comemorar?

Por Leonardo Almeida



Crédito: Getty Images

No dia 13 de maio, é celebrada a abolição da escravatura, uma vitória do movimento abolicionista brasileiro de 1888. Mas será que passados 135 anos da abolição, realmente existem motivos para celebrar a data?

A abolição aconteceu quando a princesa Isabel assinou a Lei Áurea, declarando a escravidão extinta do Brasil. O ato libertou 700 mil escravizados

que ainda existiam em 1888 e proibiu que pessoas fossem escravizadas futuramente. Porém, com o fim da escravidão, o Estado Brasileiro não disponibilizou políticas públicas para absorver os ex-escravizados na sociedade. Os negros não foram indenizados, não tiveram acesso a trabalho ou terra para continuar a vida com dignidade.

Durante o proces-

so de abolição, alguns personagens do movimento negro da época também foram muito importantes como Luís Gama, André Rebouças, José do Patrocínio e Maria Firmina dos Reis. O cenário do Brasil era de grande instabilidade

política. Em 1888, o império português no Brasil estava a caminho do fim.

Na época, os novos padrões civilizatórios, influenciados pela Europa, condenavam a escravidão. O Brasil, pressionado pela Inglaterra, se viu em

uma posição vexatória internacionalmente, pois foi último país da América a acabar com a escravidão. Devido à força do movimento abolicionista no Brasil e pela pressão externa sofrida pela Europa, a princesa assinou a Lei Áurea. A abolição da escravatura não foi um ato de bondade da Princesa Isabel, como aprendemos na escola. Mas conquistada com luta e resistência pelo movimento abolicionista.

As consequências da falta de auxílio após a abolição podem ser vistas até hoje, 135 anos depois. Como nas questões ligadas ao acesso à moradia, educação, trabalho e racismo. Apesar da Lei Áurea ser uma cláusula pétrea e irrevogável da nossa Constituição, esta lei não impede que em 2023 ainda existam denúncias sobre trabalho análogo a escravidão no Brasil.

Leonardo Almeida

Cria do Jardim Ângela, é formado em jornalismo e tem vivência em redação e assessoria de imprensa.



Sérgio Vaz, poeta periférico da zona sul de São Paulo, lança seu novo livro “Flores da Batalha”



Crédito: Arquivo Pessoal / Redes Sociais

Conhecido como um dos principais poetas da periferia, Sérgio Vaz, completa 35 anos de resistência através da arte da poesia. Em abril, o autor lançou o livro “Flores de Batalha”, que aborda a realidade das pessoas que vivem nas favelas e periferias, que lutam diariamente para conseguir o sustento da família e, muitas vezes, utilizam o transporte coletivo.

O rapper Emicida assina o prefácio do livro e, assim como muitos artistas e moradores periféricos, foram inspi-

rados pela poesia de Sérgio Vaz.

Como parte da estratégia de lançamento do livro, está em cartaz uma exposição com 20 poemas, escolhidas pelo próprio autor, nas estações do metrô de São Paulo. Distribuídas em espaços públicos com circulação de mais de 4 milhões de pessoas por dia, a exposição começa na estação República, da linha Vermelha, passa em algumas estações das linhas Azul e Verde, e termina na estação Marechal Deodoro, onde ficará fixa.

Festas juninas são reconhecidas como manifestação da cultura nacional

No mês de abril, foi publicada no Diário Oficial da União a lei que reconhece as festas juninas como uma manifestação da cultura nacional. O projeto foi sancionado pelo vice-presidente da república, Geraldo Alckmin.

O deputado Fábio Mitidieri (PSDE) é o autor do projeto e a relatoria é do senador Prisco Bezerra (PDT-CE). O texto contou com o parecer da Comissão de Educa-

ção, Cultura e Esporte do Senado (CE), que o aprovou em 2020.

“Diversas características nacionais, regionais e locais foram sendo incorporadas, de modo que sua realização no Sul do país é diferente da que ocorre na Amazônia, não obstante a inegável presença de elementos comuns”, ressaltou o relator Prisco Bezerra à Agência Senado

Você sabia? As festas juninas tiveram

origem na Europa e eram vinculadas a celebrações pagãs, que marcavam o solstício do verão — o dia mais longo do ano, no mês de junho —, que indicava o início das colheitas. Ao longo do tempo, foram cristianizadas e passaram a ser dedicadas à comemoração de três santos católicos populares: Santo Antônio (13 de junho), São João Batista (24 de junho) e São Pedro (29 de junho).

Crédito: istock



CRIA DE PERIFERIA

MODA DE
QUEBRADA



Acesse o site e garanta a sua!



@CRIADEPERIFERIA

WWW.CRIADEPERIFERIA.COM.BR